

21 MAI 1988

Cada um por si, que Deus proverá

P3

"De agora em diante, tudo o que é exterior a mim me é estranho. Neste mundo, não tenho mais próximo, nem semelhantes, nem irmãos." Esta frase, escrita num arroubo revisionista de pessimismo e angústia pelo filósofo francês Jean-Jacques Rousseau em seus *Devaneios do Caminhante Solitário*, é velha de 200 anos. Mas o observador atento dos trabalhos de nosso Congresso Constituinte em Brasília poderá muito bem mandar que algum escultor a grave em bronze e a presenteie ao pró-consul Ulysses Guimarães para que a afixe no centro da Mesa, adotando-a como lema comum de trabalho dos 559 homens que se reúnem — segundo eles mesmos dizem, mas não provam — "sob a proteção de Deus", para tratar dos interesses da sociedade.

A frase não será etivada de injustiça até porque ela reproduz com exatidão, se não o comportamento de todos os parlamentares eleitos para redigir a nova Constituição de uma democracia mais estável, sólida e justa, com certeza boa parte das atitudes da grande maioria dela. Tal maioria é responsável pelos grandes acordos multipartidários com os quais se tece o texto constitucional. Trata-se, portanto, de um lema democrático, até por contemplar, como o faz o próprio regimento interno da Constituinte, o primado da maioria, deixando às minorias o direito ao protesto solitário e à busca da solidariedade externa a tal protesto, por mais que ele possa —

como sempre acontece — cair no vazio.

Episódios recentes são capazes de testemunhar em favor da caridosa alma anônima que resolver presentear o doutor Ulysses com a placa alusiva aos feitos da corporação por ele presidida. Observe-se, por exemplo, com atenção, os passos dados pelo senador Albano Franco (PMDB-SE) no sentido de garantir aos dirigentes sindicais um poder sem paralelos no mundo, amplos recursos providos pela sociedade como um todo e pelos trabalhadores ou empregadores em particular, compulsoriamente associados aos sindicatos, e o poder único de não ser obrigado a prestar contas, seja externa, seja internamente. Alguém, dotado de bom coração e santa ingenuidade em doses acima do normal, poderá atribuir ao presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI) o nobre sentimento de ter tentado favorecer a situação particular do presidente da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinzão. Mas o analista mais comprometido com a realidade dos fatos só pode entender as pressões do senador sergipano no sentido de aprovar excesso de poder aos dirigentes sindicais como uma forma de garantir seu próprio cartório, uma vez que ele mesmo é dirigente sindical.

O direito irrestrito de greve — subproduto indesejável da negociação que beneficiou o presidente da CNI e seus pares, no texto constitu-

cional — certamente não pode ter pesado na balança decisória, no momento em que o dirigente empresarial resolveu seguir a máxima de Rousseau de considerar estranho tudo que lhe seja exterior. O mesmo raciocínio pode valer para o banqueiro carioca Ronaldo César Coelho (PMDB-RJ), que certamente não apoiou consistentemente teses esquerdistas no plenário da Constituinte por ser marxista, mas na tentativa de assegurar uma provável indicação à candidatura para o governo do Estado do Rio em 1990. Como Franco, Coelho atua num filme em que todos se consideram astros e ninguém presta atenção à cena, até porque muito poucos conhecem o roteiro e raríssimos são capazes de ler o argumento até o fim. Chamar Ronaldo César Coelho de "banqueiro de Marx" é uma licença poética. Como se pode deduzir com facilidade, sua atuação legislativa confunde-se mais com a desilusão do velho Rousseau.

O mesmo pode ser aplicado a seu colega Fernando Gasparian (PMDB-SP), não por acaso seu antagonista na esdrúxula votação na qual se consagrou o princípio medieval do tabelamento dos juros bancários. Um analista cínico poderia dar ao editor, por sua canção de empresário envolvido com o insucesso, a pecha de agir por interesse próprio, reduzindo taxas de serviços financeiros. Seja como for, se for injusta a observação cruel, Gasparian não deixará de seguir o lema majoritário se tiver proposto o tabe-

lamento apenas por vontade demagógica de atrair para si a simpatia de todos os eleitores que tiverem motivo de queixas contra banqueiros.

Evidentemente, a frase de Rousseau, ao introduzir seus devaneios, não pode ser uma exclusividade da esquerda. A ela se molda à perfeição o comportamento do líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), que, em defesa de seus próprios interesses e por amor a uma causa incoerente com todas as outras posições que manifestou, foi o mais combativo cruzado da unificação do sistema de saúde.

Em seus devaneios de velhice, Rousseau procurou a introspecção como busca de conhecimento. O mesmo não se pode dizer de seus discípulos brasileiros contemporâneos. Ao contrário do francês, que se considerava desembarcado na Terra de um planeta distante, os parlamentares reunidos em Brasília em missão constituinte manifestam seu egoísmo para atender apenas a interesses terrenos demais, para que sejam justificados por tão filosófica argumentação. Na defesa de seus interesses pessoais, eles comprometem as bases do edifício para cuja construção a sociedade os convocou, o da democracia pela via constitucional. Na base do "cada um por si" e usando o pretexto de que "Deus cuidará de todos", jogam no lixo a oportunidade incommon de lançarem o País na posição e na direção acertadas.